



185 - OS INCENTIVOS PÚBLICOS AO ALEITAMENTO MATERNO E A JORNADA DUPLA DE TRABALHO DA MULHER NO BRASIL

Autores:

Rafaela Ribeiro Pereira

Aluna de Graduação em Odontologia no Centro Universitário São José, Rio de Janeiro.

Hugo Helisvaldo Veneranda Santos

Aluno de Graduação em Odontologia no Centro Universitário São José, Rio de Janeiro.

Paulini Malfei de Carvalho

Professora do curso de Odontologia no Centro Universitário São José, Rio de Janeiro.

Categoria: Revisão de Literatura

rafaelaribeiro_pereira@hotmail.com

Palavras-chave: Aleitamento materno, Políticas públicas, Saúde bucal

O aleitamento materno é uma prática fundamental para a promoção da saúde integral e bucal das crianças. No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe a jornada dupla e a mulher passou a exercer múltiplos papéis, além do de nutriz e responsável pelo cuidado dos filhos. O objetivo deste estudo foi identificar marcos políticos históricos de incentivo ao aleitamento natural e a mulher nutriz, para reunir argumentos que justifiquem a necessidade da efetivação de políticas públicas. Foi realizada uma catalogação em formulário avançado nas bases Medline e Lilacs, utilizando os descritores: “aleitamento materno”, “aleitamento natural”, “política de incentivo”, “programa de incentivo”, “trabalho”, “jornada de trabalho”; catalogados no campo título, agrupados em três descritores e utilizando o conectivo “and”. Foram incluídos 12 artigos e 05 documentos, com texto completo disponível, em inglês e português, com recorte temporal a partir de 1988 - por datar a construção do Sistema Único de Saúde. Os resultados revelaram que no Brasil há políticas de incentivo e Leis que visam assegurar o direito ao aleitamento natural. Foram identificados 04 marcos políticos: a Constituição Brasileira (1988), a Declaração de Innocenti (OMS, 1990), o



Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (Pniam, 1991) e a Lei Federal 11.770 de 2008. Observamos que existem fragilidades nos programas e Leis, pois não garantem o suporte necessário à mulher, levando ao desmame precoce. É necessário que as políticas viabilizem respaldo à mãe no que tange a conciliar seu trabalho e sua carreira profissional com o direito de amamentar.